BRAZILIAN JOURNAL OF IMPLANTOLOGY AND HEALTH SCIENCES

ISSN 2674-8169

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO 4º ANO DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE JEAN PIAGET DE ANGOLA SOBRE LITERACIA JURÍDICA EM ENFERMAGEM, NO I SEMESTRE DE 2024

Adão Baptista Cassoma Chimuanji, Iracelma Pascoal, Maying Cortezão, Isoldina Ngueve Chindema Capingana

https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n11p229-243
Artigo recebido em 25 de Setembro e publicado em 5 de Novembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL DE PESQUISA

RESUMO

A prática de enfermagem deve estar embasada não apenas em conhecimentos técnicos e científicos, mas também legais. A literacia jurídica em enfermagem compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados com a leitura e interpretação das normas legais que regulam a prática profissional. Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento dos estudantes do 4º ano do Curso de Enfermagem da Universidade Jean Piaget de Angola sobre literacia jurídica em enfermagem, no primeiro semestre de 2024. A metodologia adotada foi observacional, descritiva e transversal, com abordagem quali-quantitativa. Foram inquiridos 75 estudantes selecionados por conveniência. Os resultados demonstraram que a maioria possui conhecimento satisfatório sobre os principais dispositivos legais que regulamentam a profissão, incluindo decretos, estatutos e o código de ética. Conclui-se que os estudantes possuem boa base conceitual sobre a temática, embora ainda haja necessidade de maior aprofundamento e inserção curricular da disciplina nos cursos de graduação.

Palavras-chave: Conhecimento; Enfermagem; Literacia; Jurídica; Angola.

Analysis of the Knowledge of 4th Year Nursing Students at Jean Piaget University of Angola about Legal Literacy in Nursing, in the First Semester of 2024

ABSTRACT

Nursing practice must be based not only on technical and scientific knowledge, but also on legal knowledge. Legal literacy in nursing comprises a set of knowledge, skills and attitudes related to reading and interpreting the legal norms that regulate professional practice. The aim of this study was to analyse the knowledge of 4th year nursing students at the Jean Piaget University of Angola about legal literacy in nursing in the first semester of 2024. The methodology adopted was observational, descriptive and cross-sectional, with a qualitative-quantitative approach. A total of 75 students selected for convenience were surveyed. The results showed that the majority had satisfactory knowledge of the main legal provisions regulating the profession, including decrees, statutes and the code of ethics. The conclusion is that students have a good conceptual basis on the subject, although there is still a need for greater depth and inclusion of the subject in the curriculum of undergraduate programmes.

Keywords: Knowledge; Nursing; Literacy; Legal; Angola.

INTRODUÇÃO

A enfermagem, enquanto profissão regulamentada e socialmente comprometida com a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, exige de seus profissionais não apenas domínio técnico-científico, mas também compreensão dos marcos legais e éticos que orientam sua prática. Nesse sentido, a literacia jurídica em enfermagem emerge como uma competência essencial, pois envolve a capacidade de conhecer, interpretar e aplicar as legislações, normas e códigos deontológicos que regulam a profissão (Ribeiro, 2021; Porto, 2024).

Em contextos nos quais os profissionais de saúde enfrentam múltiplos desafios como sobrecarga de trabalho, conflitos éticos, negligência institucional e precarização laboral o conhecimento jurídico assume um papel estratégico na construção de uma prática ética, segura e autônoma. Na enfermagem, isso significa estar apto a identificar e reivindicar direitos, reconhecer deveres legais e atuar em conformidade com os princípios que regem a conduta profissional (Silva, Andrade, 2022).

Em Angola, observa-se que embora existam normativas consolidadas para o exercício da enfermagem, muitos profissionais e estudantes ainda demonstram fragilidades em seu conhecimento jurídico. A carência de formação continuada e a ausência de disciplinas específicas nos currículos são fatores frequentemente associados a essa lacuna (OrdEnfa, 2019; SINDEA, 2019). Estudos recentes indicam que muitos estudantes concluem sua formação com conhecimentos fragmentados ou insuficientes sobre a legislação que rege a profissão, o que pode comprometer a qualidade da assistência prestada e a segurança jurídica do profissional (Barros, Silva, Nogueira, 2024).

Essa realidade também é observada em unidades hospitalares de Luanda, onde estudantes e profissionais de enfermagem frequentemente demonstram desconhecimento sobre seus direitos, deveres e sobre as instituições que representam e regulam a profissão, como a ORDENFA, o Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola (SINDEA) e a Associação Nacional dos Enfermeiros de Angola (ANEA). Tal contexto motivou a presente investigação (Souza, Araújo, Lima, 2023).

Com base nesse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar o conhecimento dos estudantes do 4º ano do curso de Enfermagem da Universidade Jean

Piaget de Angola sobre literacia jurídica em enfermagem, no primeiro semestre de 2024. A relevância do tema reside na necessidade de fortalecer a formação profissional com base em uma educação crítica, ética e legalmente fundamentada, contribuindo para o empoderamento dos futuros enfermeiros e a valorização da profissão em Angola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Literacia Jurídica em Enfermagem: Conceito e Importância

A literacia jurídica em enfermagem refere-se à capacidade dos profissionais de compreender, interpretar e aplicar os dispositivos legais que regulam sua atuação profissional. Envolve o domínio de normas, códigos de conduta, diretrizes éticas e mecanismos de proteção legal, permitindo que o enfermeiro atue com autonomia, responsabilidade e segurança (Smith, 2021).

Essa competência é fundamental para garantir o exercício ético e legal da profissão, fortalecendo o posicionamento crítico diante de situações de negligência, abusos de poder ou violações de direitos, tanto do paciente quanto do profissional. De acordo com Ribeiro (2021), o conhecimento jurídico contribui para o empoderamento do profissional, favorecendo práticas baseadas em evidências e alinhadas aos preceitos constitucionais e legais da saúde pública. No contexto angolano, a literacia jurídica é um instrumento essencial para a consolidação de uma enfermagem mais qualificada, valorizada e articulada com as políticas de saúde (Porto, 2024).

Marco Legal da Enfermagem em Angola

A legislação angolana contempla um arcabouço normativo específico que orienta a prática profissional da enfermagem. O Decreto Presidencial nº 179/10 aprova o Estatuto da Ordem dos Enfermeiros de Angola (ORDENFA), órgão responsável por regular, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão. O estatuto define a estrutura funcional da Ordem, os critérios de inscrição e as obrigações dos membros, além de regulamentar os conselhos regionais e o papel do Bastonário como representante máximo da classe (ORDENFA, 2016).

Complementarmente, o Decreto Presidencial nº 187/18 institui o Regime Jurídico da Carreira de Enfermagem, definindo as categorias profissionais, competências, progressões na carreira e direitos laborais (Governo de Angola, 2018). Essa norma contribui para uniformizar as práticas profissionais, estimular a valorização da carreira e legitimar as reivindicações da classe junto às instituições empregadoras.

Outro instrumento fundamental é a Deliberação nº 12/16, que aprova o Código de Ética e Deontologia dos Profissionais de Enfermagem. O documento estabelece princípios como dignidade, justiça, responsabilidade, autonomia e compromisso com a assistência humanizada, servindo como guia normativo para condutas éticas e legais no exercício da profissão (ORDENFA, 2016).

Organizações Representativas: ORDENFA, SINDEA e ANEA

A Ordem dos Enfermeiros de Angola (ORDENFA) é a principal entidade reguladora da profissão. Sua atuação envolve emissão de cédulas profissionais, supervisão do exercício da enfermagem e promoção de formação continuada, tendo como base o respeito aos princípios deontológicos e à legislação vigente (ORDENFA, 2016). A Ordem também possui papel fundamental na organização hierárquica da categoria, na fiscalização das atividades profissionais e na manutenção da ética e da legalidade no exercício profissional.

O Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola (SINDEA), criado pelo Despacho nº 27/19, é a entidade responsável pela defesa dos direitos laborais e sociais dos profissionais. Segundo Camacho e Tavares (2014), o sindicato deve atuar com independência institucional, defendendo os interesses da categoria por meio de ações coletivas e negociações com órgãos públicos e privados.

A Associação Nacional dos Enfermeiros de Angola (ANEA) tem caráter socioprofissional e é voltada à promoção da união, valorização da profissão e incentivo à investigação científica. Conforme estipulado no seu estatuto (ANEA, 1994), a associação busca garantir os princípios deontológicos e participar ativamente da construção de currículos e políticas educacionais voltadas à enfermagem.

Desafios da Literacia Jurídica na Formação em Enfermagem

Embora haja marcos legais e institucionais consolidados, a literacia jurídica ainda é um desafio na formação dos futuros enfermeiros. Muitos estudantes concluem a graduação sem conhecimento pleno de seus direitos, deveres e limitações legais, o que fragiliza sua autonomia profissional e segurança no exercício ético da profissão (Barros, Silva & Nogueira, 2024).

A literatura ressalta a necessidade de integração curricular dos temas relacionados à legislação e ética profissional. Autores como Souza, Araújo e Lima (2023) defendem que conteúdos jurídicos devem ser trabalhados de forma contínua e interdisciplinar, por meio de disciplinas específicas, seminários, participação em eventos científicos e aproximação com as entidades reguladoras e sindicais.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, com delineamento observacional, descritivo e transversal. Estudo transversal descritivo, é um estudo que descreve um fenómeno que decorre numa população, comunidade ou instituição num determinado momento» (Silva, 2012, p. 46).

Contexto e Local do Estudo

O estudo foi realizado no campus da Universidade Jean Piaget de Angola, localizado no município de Viana, província de Luanda. A universidade é reconhecida pelo Decreto Executivo n.º 44/01 e possui curso de enfermagem regularmente autorizado e em funcionamento desde 2001.

População e Amostra

A população-alvo foi composta por estudantes regularmente matriculados no 4º ano do curso de Enfermagem da referida instituição. A amostra foi composta por 75 estudantes, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência, considerando os seguintes critérios de inclusão:

- Estar regularmente matriculado no 4º ano;
- Ter consentido em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O cálculo amostral foi realizado com base em uma população estimada de 102 estudantes, adotando-se nível de confiança de 90% e margem de erro de 5%, conforme orientações metodológicas para estudos descritivos em ciências da saúde (Fonseca & Martins, 2021).

Instrumento de Coleta de Dados

Foi utilizado um questionário estruturado, construído com base nas normativas legais que regem a profissão de enfermagem em Angola: Decreto Presidencial nº 179/10, Decreto nº 187/18, Deliberação nº 12/16 e Estatuto do SINDEA. O instrumento foi submetido à validação aparente e de conteúdo por três especialistas na área de Enfermagem e Educação em Saúde.

O questionário foi composto por dois blocos:

1. Caracterização sociodemográfica (idade, sexo, formação média);
2. Avaliação do conhecimento jurídico (conceito de legislação, identificação de decretos e estatutos, compreensão de direitos e deveres profissionais).

Procedimentos de Coleta

A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2024, em sala de aula, em momento previamente autorizado pela coordenação do curso. O tempo médio de resposta ao questionário foi de 20 minutos. Os participantes foram devidamente orientados quanto ao caráter voluntário da pesquisa, à confidencialidade das respostas e à possibilidade de desistência a qualquer momento.

Análise dos Dados

Os dados quantitativos foram organizados em planilhas do Microsoft Excel® e analisados por meio de estatística descritiva, com apresentação de frequências absolutas e relativas. Já os dados qualitativos oriundos das questões abertas foram submetidos à análise temática de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), permitindo a categorização das percepções dos participantes.

Considerações Éticas

Este estudo seguiu os princípios éticos da Declaração de Helsinque (World Medical Association, 2013) e as normas da Ordem dos Enfermeiros de Angola (ORDENFA). Todos os participantes assinaram o TCLE, e os dados foram tratados de forma anônima e sigilosa, garantindo a proteção dos direitos individuais dos sujeitos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização Sociodemográfica da Amostra

A amostra foi composta por 75 estudantes do 4º ano do curso de Enfermagem da Universidade Jean Piaget de Angola. A maioria era do sexo feminino (56%; n=42), enquanto os estudantes do sexo masculino representaram 44% (n=33). A faixa etária predominante foi de 20 a 25 anos (53%; n=40), seguida da faixa entre 26 e 30 anos (32%; n=24) e acima de 30 anos (15%; n=11).

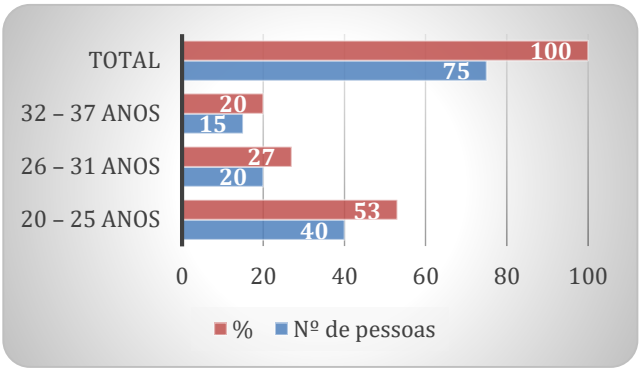
Tabela 2: Distribuição da amostra segundo o sexo.

Sexo	Nº de Pessoas	%
Masculino	33	44
Feminino	42	56
Total	75	100

Fonte: (Elaborada pela autora, 2024)

Para Godoy, Schmitt, Schindler, Silva e Andretta (2024), os estudantes que participaram em seu estudo, tiveram uma média de idade foi de 23,9 anos. O nosso estudo corrobora com os autores supracitados, demostrando assim que a maioria dos estudantes pertencem à faixa etária dos 20 aos 25 anos, com (53%) dos estudantes.

Tabela 1: Distribuição da amostra segundo à faixa etária



Fonte: (Elaborada pela autora, 2024)

No que se refere à formação média anterior, 53% (n=40) dos participantes concluíram cursos técnicos na área da saúde, enquanto os demais vieram de formações não específicas ou ensino geral.

Tabela 3: Distribuição da amostra segundo a formação média

Ensino Médio Frequentado	Nº de Pessoas	%
Ciências Físicas e Biológicas	27	36
Curso Técnico de Saúde	40	53
Ciências Sociais	6	8
Outros	2	3
Total	**75**	**100**

Fonte: (Elaborada pela autora, 2024)

Esses dados revelam um perfil de estudantes predominantemente jovem, feminino e com trajetória técnica anterior à formação superior, o que pode influenciar positivamente sua familiaridade com os conteúdos normativos e éticos (Silva et al., 2020).

Conhecimento Jurídico sobre Enfermagem

Os estudantes foram avaliados quanto à compreensão e domínio de instrumentos legais e institucionais relacionados à prática da enfermagem em Angola.

- **Conceito de legislação de enfermagem:** 47% (n=35) definiram corretamente como o conjunto de normas éticas e jurídicas que orientam o exercício profissional, enquanto 29% (n=22) apresentaram definições vagas ou incompletas, e 24% (n=18) demonstraram desconhecimento conceitual.
- **Decreto Presidencial nº 187/18:** 73% (n=55) reconheceram que esse dispositivo estabelece o regime jurídico da carreira de enfermagem em Angola, mas apenas 38% foram capazes de identificar as competências específicas dos diferentes níveis da carreira (enfermeiro, técnico, auxiliar).
- **Decreto Presidencial nº 179/10:** 70% (n=53) afirmaram corretamente que esse decreto aprova o estatuto da Ordem dos Enfermeiros de Angola (ORDENFA) e regulamenta seu funcionamento como entidade de inscrição obrigatória e autorreguladora da profissão.
- **Deliberação nº 12/16 (Código de Ética e Deontologia):** 64% (n=48) reconheceram a deliberação como instrumento normativo de conduta profissional. No entanto, somente 26% foram capazes de citar ao menos dois direitos e dois deveres previstos no documento.
- **Estatuto do Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola (SINDEA):** 64% (n=48) associaram o estatuto ao papel de representação sindical da classe, mas **menos da metade (49%; n=37)** demonstraram conhecimento sobre os princípios e mecanismos de atuação do SINDEA na luta por direitos trabalhistas.
- **Estatuto da ANEA (Associação Nacional dos Enfermeiros de Angola):** 49% (n=37) identificaram corretamente a finalidade de promoção dos princípios deontológicos da enfermagem. No entanto, 51% apresentaram respostas confusas ou desconheciam a atuação da entidade.

Os resultados do presente estudo revelam um conhecimento jurídico parcial entre os estudantes finalistas de enfermagem, com maior domínio de decretos amplamente abordados no currículo (Decretos nº 179/10 e nº 187/18), mas fragilidades em temas como o Código de Ética e os estatutos do SINDEA e da ANEA. Esse cenário confirma a persistência de lacunas na formação jurídica dos futuros profissionais, já apontadas em estudos anteriores (Silva et al., 2020; Ferreira & Souza, 2018).

A literacia jurídica é um componente essencial da prática profissional segura e ética, pois capacita o enfermeiro a compreender seus limites legais, agir com autonomia e participar ativamente de processos decisórios e institucionais (Ribeiro, 2021). A ausência desse conhecimento pode resultar em condutas inseguras e violações ético-legais, com prejuízos tanto para os usuários quanto para os profissionais.

A associação entre formação técnica prévia e melhor desempenho sugere que experiências práticas acumuladas contribuem para o desenvolvimento da competência jurídica. Ainda assim, é urgente que instituições de ensino superior reformulem seus currículos e incorporem estratégias pedagógicas que fortaleçam a educação jurídica de maneira crítica e integrada (Oliveira et al., 2022).

O desconhecimento do papel de entidades como ORDENFA e SINDEA compromete a participação política e a defesa dos direitos da classe. O fortalecimento da literacia jurídica deve, portanto, ser compreendido como um processo contínuo, sustentado por políticas de educação permanente e valorização institucional da enfermagem (Coutinho et al., 2021; WHO, 2021).

Esses dados sugerem a necessidade de um redimensionamento curricular que contemple, de forma integrada, conteúdos relacionados à legislação profissional, à ética e à atuação das instituições representativas da enfermagem. A inserção de disciplinas obrigatórias, a realização de seminários temáticos e o incentivo à participação estudantil em fóruns sindicais e congressos científicos são estratégias pedagógicas recomendadas por Souza, Araújo e Lima (2023) para o fortalecimento da literacia jurídica no campo da saúde.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que os estudantes do 4º ano do Curso de Enfermagem da Universidade Jean Piaget de Angola possuem um bom conhecimento sobre literacia jurídica em enfermagem. Ainda que a maioria tenha demonstrado familiaridade com os principais decretos e códigos éticos da profissão, identificou-se a necessidade de inserção formal da disciplina de legislação em enfermagem na grade curricular, a fim de fortalecer ainda mais a formação cidadã e profissional dos futuros enfermeiros.

Com base nesse estudo, recomenda-se a inclusão sistemática da literacia jurídica nos currículos de Enfermagem, integrando conteúdos sobre legislação profissional, ética e deontologia com abordagem prática por meio de estudos de caso, simulações e análise documental; a promoção de capacitações extracurriculares (oficinas, seminários e jornadas) ofertadas por universidades e conselhos profissionais para aprofundar o conhecimento dos marcos legais, em especial acerca da ORDENFA, SINDEA e ANEA, ainda pouco compreendidas por estudantes e profissionais; o fortalecimento da articulação entre teoria e prática por meio de docentes preparados em ética e legislação, visando aprimorar o pensamento crítico e a consciência jurídica dos futuros enfermeiros; o incentivo à participação política e associativa dos estudantes nas entidades representativas da enfermagem como estratégia para fortalecer identidade profissional, cidadania ativa e mobilização por melhores condições de trabalho; e, finalmente, o desenvolvimento de políticas institucionais de educação jurídica contínua por serviços de saúde e conselhos profissionais para atualização normativa e prevenção de condutas ilegais ou antiéticas.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 179/10**, de agosto. Diário da República: I Série, Luanda, ano 2010.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 187/18**, de agosto. Diário da República: I Série, Luanda, ano 2018.

ANEA. **Estatuto da Associação Nacional dos Enfermeiros de Angola**. Diário da República: I Série, Luanda, ano 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo: edição revista e ampliada**. Lisboa: Edições 70, 2016.

COUTINHO, M. C.; ALMEIDA, L. R.; FONSECA, E. A. Participação política dos profissionais de enfermagem: desafios para a consolidação da identidade coletiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 74, supl. 1, e20201234, 2021. DOI: 10.1590/0034-7167-2020-1234.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, M.; SOUZA, V. Educação jurídica na formação em enfermagem: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 71, supl. 1, p. 529-534, 2018. DOI: 10.1590/0034-7167-2017-0673.

GODOY, P. P.; SILVA, C. R.; COSTA, M. S. **Mídias sociais e sintomas emocionais de estudantes de uma universidade privada**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, v. 44, n. 1, p. 112-123, 2024.

HORTA, W. A. **Processo de Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1974.

ORDENFA. **Código de Ética e Deontologia dos Profissionais de Enfermagem**. Deliberação n.º 12/16, Diário da República: I Série, Luanda, 2016.

SINDEA. **Estatuto do Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola**. Diário da República: I Série, Luanda, 2019.

OLIVEIRA, R. S.; ROCHA, L. M.; SOARES, M. M. Práticas pedagógicas inovadoras no ensino da ética e legislação em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis**, v. 31, e20210121, 2022. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2021-0121.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Deliberação n.º 12/16**: aprova o Código de Ética e Deontologia dos Profissionais de Enfermagem. Luanda: Presidência da República de Angola, 2016.

RIBEIRO, T. F. **Educação e cidadania: fundamentos da literacia jurídica em saúde**. Porto: Porto Editora, 2021.

RIBEIRO, J. F.; COSTA, J. M. L.; SILVA, M. A. C. da et al. Prática pedagógica do enfermeiro na docência do ensino superior. ***Revista Enfermagem UFPE on line***, Recife, v. 12, n. 2, p. 291-302, fev. 2018. DOI: 10.5205/1981-8963-v12i2a25129p291-302-2018

SILVA, L. M. S.; OLIVEIRA, R. M.; COSTA, M. S. Legal knowledge among nursing students: an integrative review. **Nurse Education Today**, Talavera de la Reina, Spain, v. 85, p. 104269, 2020. DOI: 10.1016/j.nedt.2019.104269.

SINDEA – Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola. **Estatuto e princípios do sindicalismo democrático em enfermagem**. Luanda: SINDEA, 2019.

SOUZA, T. P.; RECH, R. S.; GOMES, E. Metodologias aplicadas no ensino de ética, bioética e deontologia da saúde durante a última década: uma revisão integrativa. ***Interface – Comunicação, Saúde,*** *Educação*, Botucatu, v. 26, e210621, 2022. DOI: 10.1590/interface.210621

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global strategic directions for nursing and midwifery 2021–2025.** Geneva: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240033863. Acesso em: 20. mai. 2024.